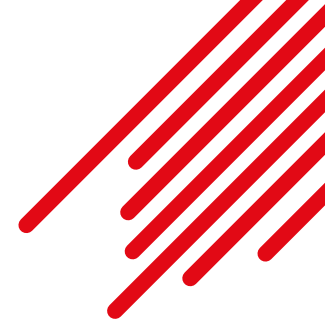




# LGPD

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



## Lei Geral de Proteção de Dados Agentes de Tratamento - Controlador

Prezados(as) colegas e colaboradores(as), hoje daremos continuidade à abordagem sobre os diferentes tipos de agentes de tratamento, à luz da LGPD. Analisaremos adiante a figura do **Controlador**, conforme definição dada pela Lei Geral de Proteção de Dados.

### Controlador de Dados

O controlador é o agente responsável por tomar as principais decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e por definir a finalidade deste tratamento. Entre essas decisões, incluem-se as instruções fornecidas a operadores contratados para a realização de um determinado tratamento de dados pessoais

A definição legal de controlador se encontra no art. 5º, VI, da LGPD:

***Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais***

O conceito possui elevada importância prática, uma vez que a **LGPD atribui obrigações específicas ao controlador**, como a de **elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais** (art. 38), a de **comprovar que o consentimento obtido do titular atende às exigências legais** (art. 8º, § 2º) e a de **comunicar à ANPD a ocorrência de incidentes de segurança** (art. 48). Além disso, a atribuição de responsabilidades em relação à reparação por danos decorrentes de atos ilícitos é distinta de acordo com a qualificação do agente de tratamento, isto é, se controlador ou operador, conforme o disposto nos arts. 42 a 45.

Vale mencionar ainda que os direitos dos titulares (art. 18) são, em regra, **exercidos em face do controlador**, a quem compete, entre outras providências, fornecer informações relativas ao tratamento, assegurar a correção e a eliminação de dados pessoais, receber requerimento de oposição a tratamento. O titular dos dados pode, ainda, peticionar contra o controlador perante a ANPD, o que denota a relevância da compreensão do conceito não só para os profissionais da área, mas também para o cidadão comum.

A identificação do controlador deve partir do **conceito legal e de parâmetros técnicos**, sempre considerando o **contexto fático e as circunstâncias relevantes do caso**. O papel de controlador pode decorrer expressamente de obrigações estipuladas em instrumentos legais e regulamentares ou em contrato firmado entre as partes. Não obstante, a efetiva atividade desempenhada por uma organização pode se distanciar do que estabelecem as disposições jurídicas formais, razão pela qual é de suma importância avaliar se o suposto controlador é, de fato, o responsável pelas principais decisões relativas ao tratamento.

Fique atento à próxima publicação, quando analisaremos os diferentes tipos de controlador.

Até lá!